



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Alimentação

49ª Reunião da Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador - CTPAT

Ata da ordem do dia 12 de março de 2014

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Ata da 49ª Reunião da Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador - CTPAT

Data: 12/03/2013

Local: Sala 245, ala B - Edifício Anexo - MTE

1 Aos doze dias do mês de março de dois mil e quatorze teve início a 49ª Reunião da Comissão
2 Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador - CTPAT, sob a Coordenação do Sr.
3 Rinaldo Marinho Costa Lima – Presidente da CTPAT/Diretor do Departamento de Segurança e
4 Saúde no Trabalho - DSST. Estiveram presentes os seguintes participantes: Maria Flor de Lys
5 Sousa Lopes – Coordenadora do Programa de Alimentação do Trabalhador; Sara Conceição Arruda
6 – Representante do Ministério da Previdência Social - MP; Sálvio Romero Pereira Botelho –
7 Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG; Valeir Ertle –
8 Representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Regis Savietto Frati – Representante da
9 Força Sindical - FS; Carlos Alberto de Oliveira Pereira – Representante da Central Geral dos
10 Trabalhadores do Brasil - CGTB; Mário Teixeira – Representante da Central dos Trabalhadores e
11 Trabalhadoras do Brasil - CTB; Frederico Toledo Melo – Representante da Confederação da
12 Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Nicolino Eugênio da Silva Júnior – Representante da
13 Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF; Reinaldo Felisberto Damacena –
14 Representante da Confederação Nacional das Indústrias - CNI; Fernando Marçal Monteiro –
15 Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC;
16 Jovenilson Alves de Souza – Representante da Confederação Nacional dos Transportes - CNT;
17 Itamar Pedro da Silva – Representante do Ministério da Fazenda - MF; Nelson de Abreu Pinto –
18 Representante da Confederação Nacional do Turismo - CNTur; Oton Abreu Garcia – Auditor Fiscal
19 do Trabalho/SRTE-BA; Thaís Tozzato Gimenes de Genaro – COPAT; Matilde Francelino de Sousa
20 – COPAT; Luciana da Silva Faria Rodrigues – COPAT; Luisete Moraes Bandeira - Ministério do
21 Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Bruna Pitasi Arguelhes - Ministério da Saúde -
22 MS; Gisele Bortolini – MS; Carolina Chagas – Consultora do Ministério do Desenvolvimento
23 Social e Combate à Fome - MDS; Glauce de Paula – Ministério Público - MP; José Oliveira Neto –
24 Representante do Ministério da Fazenda - MF; Roberto Baungartnerm, Representante da
25 Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Danilo Piva Júnior – Representante da Confederação

26 Nacional do Turismo - CNTur. **ABERTURA:** O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima (Presidente da
27 CTPAT/DSST) iniciou a reunião solicitando uma rápida apresentação de todos os presentes na
28 reunião. Após as apresentações, o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima seguiu para o primeiro item de
29 pauta a aprovação e assinatura da Ata da reunião anterior e questionou aos participantes se
30 possuíam algumas sugestões de alteração da Ata proposta. O Sr. Regis Savietto Frati, Representante
31 da Força Sindical, explanou que possui duas sugestões. A primeira, na alínea 43, em que propôs a
32 seguinte redação: “Destacou a importância de ter o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima retornando
33 para a Coordenação.”. A segunda, na alínea 227, que propôs a seguinte redação: “O Sr. Rinaldo
34 Marinho Costa Lima abriu a palavra para os representantes da bancada de governo.”. O Sr. Mário
35 Teixeira, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, ratificou
36 que na linha 11 a sigla CTB está com um T a mais. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior
37 (Representante da Confederação Nacional de Instituições Financeiras) relatou que fizeram um
38 rápido esforço de leitura com relação à Ata, mas considera que há muitos pontos que mereceriam
39 verificação e revisão e solicitou mais tempo correção dos equívocos e aprovação da ata. O Sr.
40 Rinaldo Marinho Costa Lima discorreu que a proposta é que faça a aprovação da Ata na próxima
41 reunião e solicitou que nesse intervalo encaminhem as correções para que sejam incorporadas e
42 apresentadas na próxima reunião. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior agradeceu a compreensão
43 e o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima seguiu para o próximo item de pauta sobre os informes dos
44 trabalhos realizados pelos grupos técnicos da Bancada do Governo. Desculpou-se por não ter
45 enviado as Notas Técnicas elaborados pelos grupos técnicos da Bancada do Governo com a
46 antecedência solicitada, já que a proposta tem pontos que precisam ser analisados com bastante
47 cuidado, devido aos encaminhamentos que no futuro poderão surgir para o Programa. A Sra. Maria
48 Flor de Lys Sousa Lopes, Coordenadora do Programa Alimentação do Trabalhador, cumprimentou
49 a todos e explicou que inicialmente pensaram em três grupos que iriam se debruçar na proposta,
50 sendo que: um grupo ficaria responsável pela análise do incentivo fiscal, um segundo seria
51 responsável pela parte dos parâmetros nutricionais do Programa, e o terceiro grupo analisaria o
52 restante da nova regulamentação do Programa. Na primeira reunião foi concluído que poderia
53 fundir o grupo de incentivo fiscal com o terceiro grupo. Que os grupos se dedicaram durante uma
54 semana, resultando nas Notas Técnicas. Informou que posteriormente será construído um GTT para
55 dar andamento nos trabalhos técnicos. O Sr. Rinaldo Lima agradeceu a Sra. Maria Lopes e
56 complementou que houve uma semana de reunião presencial e que em todo o período os técnicos

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several initials below it.

57 individualmente desenvolveram o trabalho de leitura, análise, pesquisa e construção do
58 posicionamento. E abriu a palavra para a manifestação das Bancadas de Empregadores e
59 Trabalhadores. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior compreendeu que o fato de o Governo estar
60 apresentando as Notas Técnicas, não significa que esteja apresentando a sua posição definitiva em
61 relação à proposta conjunta feita pelas duas Bancadas, Empregador e Trabalhador. Questiona qual
62 os temas dos dois grupos que foram formados. O Sr. Rinaldo Lima esclareceu que o Governo está
63 aberto ao debate e que um grupo era dedicado às questões de saúde, ligados ao PAT, em especial as
64 questões de Segurança Alimentar e Nutricional, e o outro grupo era encarregado para as demais
65 questões, incluindo as questões tributárias. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior agradeceu o
66 esclarecimento e comunicou de antemão que a Bancada dos Empregadores fizeram uma consulta às
67 Confederações e concluíram que é necessária a participação de representantes de todas as
68 Confederações, membros da CTPAT, nos dois grupos. O Sr. Regis Savietto Frati afirmou que a
69 Bancada dos Trabalhadores concorda com a explanação feita pela Bancada dos Empregadores e
70 considera que a reunião ficaria bastante prejudicada se tentasse discutir cada Nota Técnica que foi
71 entregue. O Sr. Rinaldo Lima propôs como encaminhamento, uma breve apresentação sobre o
72 conteúdo das Notas, para depois definir os próximos encaminhamentos. Explanou que o Governo
73 ainda precisa se reunir para chegar a um consenso. O Sr. Regis Savietto Frati concordou com o
74 encaminhamento e discorreu que precisavam ter uma ideia também do funcionamento das
75 Comissões para que a Bancada dos Trabalhadores pudesse se reunir e concluir como será a sua
76 participação. Propôs que fosse elaborada uma Súmula de cada Nota Técnica para que todos tenham
77 o mínimo de conhecimento ao sair da reunião. O Sr. Nicolino Júnior ponderou que quando fosse
78 feito a Súmula do Ministério da Fazenda, que levasse em consideração a questão do benefício fiscal
79 que as empresas do Lucro Presumido do setor de rádio têm quando transmitem os programas
80 eleitorais. O Sr. Itamar Pedro da Silva, Representante Titular do Ministério da Fazenda – MF,
81 explanou que no caso a empresa já libera um horário e por isso teria compensação fiscal pela
82 sentença do horário gratuito. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima explanou que vão começar pela
83 apresentação do posicionamento da análise que foi feita em conjunto ao Ministério Saúde e o
84 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. A Sra. Luisete Moraes Bandeira,
85 Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional do MDS, relatou que estiveram reunidos
86 no grupo de trabalho para analisar os aspectos de saúde e de segurança alimentar e nutricional em
87 relação à proposta de Minuta apresentada pela Bancada dos Trabalhadores e dos Empregadores.



4

88 Ressaltou, primeiramente, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional -
89 CAISAN, que envolve dez Ministérios, onde discutem as ações do Governo Federal de prevenção e
90 controle da obesidade, que atualmente é um foco e uma prioridade para a Agenda de Governo. E já
91 na apresentação destacou alguns pontos que a Minuta sugere encaminhamentos e o impacto em
92 relação à Portaria de 2002. O primeiro é que a Minuta desconsidera o objetivo do PAT, que o define
93 como um Programa de Saúde, conforme posto na Portaria de 2002. Considerando que é uma grande
94 perda, já que o incentivo fiscal do Programa existe em função do objetivo de promover a
95 alimentação adequada e saudável para os trabalhadores, dessa forma, o Governo sugere a
96 permanência desse objetivo. Informou que mais da metade da população brasileira tem excesso de
97 peso, sendo que 17% tem obesidade. Observa também no texto, a questão de não exigir o
98 acompanhamento de um profissional nutricionista do Programa de Alimentação do Trabalhador.
99 Relatou que pesquisaram a questão das competências do culinário e do gastrônomo, que são os
100 profissionais sugeridos, e foi concluído que quando se trata de uma alimentação adequada e
101 saudável, eles não têm competência suficiente para executar um Programa de Saúde. Assim, sugere
102 que deve manter o nutricionista sob a ótica do PAT como um Programa de Saúde. O terceiro ponto
103 analisado foi o avanço do PAT, no que diz respeito ao estabelecimento dos parâmetros nutricionais
104 a serem observados na execução do Programa, por meio da Portaria Interministerial de 2006. E
105 sugere a permanência desses parâmetros. O último ponto, que também está na Portaria de 2002, é
106 aquele que trata das ações de educação alimentar e nutricional e que devem ser promovidas nas
107 empresas conveniadas ao PAT. Explicou que estão pensando o PNAE, como um espaço de
108 promoção e educação alimentar e nutricional em vários ambientes, dialogando com os trabalhadores
109 a respeito da importância da alimentação para a saúde. Ponderou que a Minuta sugere que essas
110 ações sejam apenas uma ação do Governo Federal, porém, a bancada do Governo entendeu que as
111 empresas devem ter esse compromisso, de forma a multiplicar ações de educação alimentar e
112 nutricional, reforçando a necessidade do profissional nutricionista atuar no programa. O Sr. Rinaldo
113 Marinho Costa Lima agradeceu a apresentação e abriu a palavra para complementações,
114 considerações e questionamentos. O Sr. Nicolino Júnior questiona com relação ao índice de
115 obesidade, ponderou que era estranho aparecer o Brasil com 17% de obesidade, quando a mídia
116 mesmo já anunciou taxas bem maiores. Salienta a similaridade entre Programa de Merenda Escolar
117 com o PAT, que são programas muito distintos pelas suas próprias características. O Sr. Rinaldo
118 Lima discorreu que a Comissão tem o hábito de usar exemplos da execução do PAT pensando em

119 apenas uma modalidade do Programa. Nesse sentido, lembrou que o PAT nasceu como um
120 programa de fornecimento de alimentação no próprio refeitório da empresa para o trabalhador.
121 Sendo essa modalidade importante, principalmente na indústria e grandes empresas. Solicitou ao Sr.
122 Nicolino Júnior que não tome como crítica, pois entende importante lembrar que tem toda essa
123 parcela de trabalhadores que são atendidos com refeição pronta no próprio local de trabalho. Com
124 relação aos índices de obesidade, a Sra. Bruna Pitasi Arguelhes da Coordenação Geral de
125 Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, explicou que quando a mídia aborda o percentual
126 de excesso de peso possui duas classificações, a primeira baseada no índice de massa corporal do
127 indivíduo e a segunda na obesidade. O percentual de 51% da população com excesso de peso está
128 agrupando o sobrepeso com a obesidade, por tanto 74 milhões de brasileiros estão com excesso de
129 peso em todas as faixas etárias. O Sr. Mário Teixeira da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras
130 do Brasil – CTB, questionou se o comparativo feito com outros países também levam em
131 consideração os mesmos parâmetros. Com relação ao questionamento do Sr. Nicolino Júnior, a Sra.
132 Luisete Moraes Bandeira do MDS, esclareceu que a comparação do PAT com o Programa de
133 Alimentação Escolar é no aspecto dos parâmetros nutricionais ou das ações de educação alimentar e
134 nutricional, considerando que é um programa público. Explanou que acredita que essas analogias no
135 sentido das ações de educação alimentar e nutricionais no PNAE se mostram cada vez mais
136 possíveis em âmbito local. O Sr. Carlos Alberto de Oliveira Pereira, Representante da Central Geral
137 dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, acrescentou que é um programa de saúde e que é importante
138 trabalhar com a questão da desnutrição, relatando que enquanto agente sindical tem enfrentado esta
139 situação na construção civil e na área rural. O Sr. Valeir Ertle, Representante da Central Única dos
140 Trabalhadores – CUT, ponderou que existe uma preocupação no grupo de trabalho da Bancada dos
141 Trabalhadores em relação à volta das quinzenas por falta do vale refeição e que o intuito real é que
142 o trabalhador tenha uma alimentação adequada. Informou que muitas entidades sindicais estão
143 fazendo acordos coletivos nas suas convenções, prevendo que as refeições coletivas tenham melhor
144 qualidade. O Sr. Regis Savietto Frati discorreu que esse debate vai se estender por um tempo na
145 CTPAT até chegar a uma conclusão definitiva e que querem enquadrar o PAT no Plano
146 Fiscalizatório, exigindo que as empresas forneçam um valor mínimo para uma boa alimentação.
147 Citou a manifestação dos garis do Rio de Janeiro, o que resultou no aumento de R\$ 12,00 de vale
148 refeição para R\$ 20,00. Afirmou que a discussão é muito positiva, mas entendeu que nada deve ser
149 imposto. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima explanou que o debate não é sobre o valor e que

6

150 defende que o trabalhador tenha informação e acesso aos alimentos saudáveis em todas as
151 modalidades do programa. Com relação ao valor, esclareceu que o debate veio do passado e não é
152 necessariamente uma posição intransponível, o que é entendido é que não justifica o Estado
153 Brasileiro abrir mão da arrecadação de encargos trabalhistas e previdenciários para que seja
154 fornecido ao trabalhador um benefício que é insuficiente para se alimentar de forma adequada. O
155 Sr. Mário Teixeira questionou se foi realizada alguma avaliação sobre a necessidade nutricional do
156 trabalhador em função do esforço físico que exerce em cada tipo de atividade. A Sra. Bruna Pitasi
157 Arguelhes esclareceu ao Sr. Carlos Alberto de Oliveira Pereira que existe uma preocupação com a
158 desnutrição e que nos últimos vinte anos houve um declínio importante da desnutrição do Brasil,
159 mas ainda é encontrado um percentual elevado de desnutrição em algumas áreas específicas.
160 Ressaltou que quando é abordada a questão da alimentação saudável é considerada a prevenção de
161 todos os agravos que podem estar relacionados com alimentação. Com relação ao questionamento
162 do Sr. Regis Savietto Frati, explicou que deve desmitificar um pouco o conceito de que alimentação
163 saudável é a mais cara. Relatou que na última pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada pelo
164 IBGE, mostrou que uma alimentação saudável pode ter custo até menor do que na compra de
165 produtos industrializados. Com relação à indagação do Sr. Mário Teixeira, explicou que foi
166 realizada uma avaliação da necessidade do trabalhador de acordo com o esforço físico, mas é uma
167 responsabilidade do nutricionista analisar os fatores que vão influenciar no estado nutricional de
168 cada indivíduo. A Sra. Luisete Moraes Bandeira pontuou que a obesidade aumenta cada vez mais
169 rápido na população de baixa renda, justificando a preocupação. Discorreu que o próprio estudo do
170 DIEESE aponta a necessidade de aumentar a adesão de empresas de pequeno porte. Com relação à
171 pergunta do Sr. Regis Savietto Frati, relatou que fica cada vez mais claro e evidente que a educação
172 alimentar e nutricional não se resume a campanha, se resume a diálogo permanente de educação
173 com o trabalhador. O profissional além de atender as necessidades nutricionais, deve ter
174 competência para realizar as ações de educação alimentar e nutricional efetivas de acordo com a
175 realidade. A Sra. Bruna Pitasi Arguelhes complementou que o posicionamento pela permanência
176 dos parâmetros nutricionais é correto, considerando que ainda necessita de revisão e debate. O Sr.
177 Nelson de Abreu Pinto, Representante da Confederação Nacional de Turismo – CNTur, afirmou
178 que o trabalho do Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
179 Fome merecem respeito de todos e comentou que há necessidade da presença dos nutricionistas em
180 cerca de três milhões de empresas. Solicitou a permissão da Bancada dos Empregadores e ao Sr.

181 Rinaldo Marinho Costa Lima para trazer um estudo para a próxima reunião sobre a questão da
182 obesidade. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima discorreu que nunca foi proposto que todas as
183 empresas cadastradas no PAT devem ter nutricionistas, ou seja, três milhões de empresas, e afirmou
184 que ninguém defende que toda empresa beneficiária do programa tenha um responsável técnico.
185 Comentou, com relação às falas de várias pessoas na mesa sobre a questão da avaliação da
186 necessidade do trabalhador de acordo com o esforço físico, que o trabalhador não pode ser encarado
187 com uma máquina, pois a alimentação não é combustível. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior
188 ressaltou que estão tratando de uma proposta conjunta apresentada por duas Bancadas e solicitou
189 que as manifestações fossem sempre no sentido de manter a unidade com quem procura
190 desenvolver todo o trabalho. Com relação aos documentos que estão sendo apresentados, relatou
191 que logicamente cada representante de cada membro da CTPAT fará a sua análise. O Sr. Nelson de
192 Abreu Pinto tranquilizou a todos os membros da reunião, explicando que a CNTur apenas se
193 permitiu fazer o comentário em apoio ao MS e o MDS, devido à grande preocupação com a
194 obesidade. Entendeu que o Sr. Nicolino Júnior está equivocado, pois solicitou permissão para
195 apresentar e disse que seria apresentado através da Bancada Patronal. A Sra. Bruna Pitasi Arguelhes
196 esclareceu que existem alguns programas de educação alimentar e nutricional, como por exemplo, a
197 publicação do Novo Guia Alimentar para a população brasileira, que é o instrumento de educação
198 alimentar nutricional para todas as áreas trabalho, educação, saúde e assistência social e que está em
199 consulta pública até dia 7 de maio no *site* do Ministério; o Programa Saúde na Escola, e o Programa
200 de Alimentação Escolar. Reafirmou que o foco do programa não é o nutricionista, mas sim a
201 garantia que o PAT continue sendo um programa que promova a saúde do trabalhador, sendo que a
202 presença do nutricionista é inerente a esse objetivo. A Sra. Luisete Moraes Bandeira discorreu que
203 representa o MDS, que foi fundado em 2004, com a estratégia da Fome Zero e que o Brasil hoje é
204 reconhecido internacionalmente por evoluir muito na Política de Segurança Alimentar e
205 Nutricional. Destacou que houve uma evolução em 10 anos no combate à desnutrição, onde passou
206 a discutir a qualidade da alimentação do brasileiro. Relatou que o Brasil é considerado referência,
207 onde vários técnicos brasileiros são chamados no mundo inteiro para dividir as experiências. O Sr.
208 Nelson de Abreu Pinto acrescentou que quando o Sr. José Graziano criou o MDS em 2004, houve
209 uma campanha nacional e a sua Confederação contribuiu com 50 toneladas de alimentos em São
210 Paulo que foram distribuídos no Brasil inteiro. O Sr. Frederico Toledo Melo, Confederação da
211 Agricultura e Pecuária – CNA, esclareceu que é favorável ao programa e que inclusive vão pleitear

212 a participação das pessoas físicas no âmbito rural. O Sr. Rinaldo Lima ponderou que, feitos todos os
213 esclarecimentos, espera que todos tenham considerados suficientes. Solicitou a explanação do Sr.
214 Itamar Pedroso Silva sobre o posicionamento do Ministério da Fazenda em relação à Nota Técnica.
215 O Sr. Rinaldo Lima esclarece que as apresentações serão disponibilizada e seguiu para a
216 apresentação. O Sr. Itamar Pedro da Silva explanou que sobre a parte do incentivo, foram
217 analisados diretamente os projetos de Leis apresentados e que a matéria não tem sentido. A
218 concessão do benefício no âmbito do Lucro Presumido e do Simples Nacional não é cabida.
219 Explicou que no Lucro Presumido, é escolhido um percentual conforme os ramos de atividades e
220 aplicado sobre o faturamento como uma forma de simplificar a base de tributação de incidência de
221 IRPJ, significando em tese, a absorção de tudo que é custo, correndo o risco de ter que inventar
222 mecanismos de controle de incentivos. No Simples Nacional, se torna pior, já que é um mecanismo
223 parecido com o Lucro Presumido, em que há uma alíquota de simplificação em cima do
224 faturamento, alcançando um universo muito grande de empresas e uma gama enorme de tributos.
225 Relatou que existe a preocupação da abertura para o lucro presumido de alguma modalidade, e as
226 outras que já estão em vigor solicitarão tratamento igual, para a possibilidade de ampliar a renúncia.
227 O Sr. Reinaldo Felisberto Damacena, Representante da Confederação Nacional da Indústria,
228 rememorou que a posição da Receita Federal é que há uma impossibilidade legalista para que
229 ocorra a expansão do PAT para as empresas do Simples Nacional e Lucro Presumido. Afirmou que
230 estão cientes que apenas cabe para as empresas de Lucro Real e que a ideia é encontrar saídas nos
231 meios legais para que possa ser adequada a expansão. O Sr. Regis Savietto Frati compreendeu que a
232 postura da Receita Federal é meramente burocrática e explanou que estão propondo a ampliação de
233 um programa que hoje atinge 17 milhões de trabalhadores, para potencialmente 48 milhões de
234 trabalhadores. Propôs que as Bancadas prossigam e se empenhem em aprofundar a questão com a
235 direção da Receita, do Ministério da Fazenda, da Casa Civil e com a própria Presidenta Dilma. O
236 Sr. Valeir Ertle ponderou que esperava que a Receita tivesse essa resposta e que tanto a Bancado
237 dos Empregadores como a Bancada dos Trabalhadores vão continuar a debater o tema. Relatou que
238 espera que com exceção da Receita, que os demais representantes da área da Bancada do Governo
239 continue com esse debate para focar e encontrar uma alternativa. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva
240 Júnior ressaltou que percebeu uma clara ausência de diálogo dentro do Governo sobre a matéria e
241 que viram na apresentação do MDS, uma clara intenção e preocupação com a saúde. Destacou que a
242 Receita não tem uma posição propositiva, ignorando o documento que foi apresentado pelas

243 Bancadas que reconhecem que o ordenamento jurídico atual da forma como está colocado, impede
244 a consideração das empresas de Lucro Presumido e do Simples Nacional, como empresas optantes
245 pelo PAT. Discorreu que a proposta traz três Minutas de mudança no ordenamento jurídico, uma no
246 âmbito regulatório para o programa, outra para expandir o programa para o Simples e para o Lucro
247 Presumido e a última para considerar os 4% exclusivamente para o programa. O Sr. Nicolino Júnior
248 explanou que houve um pedido das duas Bancadas no sentido de que o Ministério da Fazenda
249 realize um levantamento do demonstrativo técnico da renúncia fiscal, em relação aos 4% e um
250 pedido para subsidiar a tramitação dos projetos de Lei que foram apresentados nas Minutas. Com
251 relação à Receita preparar um demonstrativo para subsidiar a tramitação, afirmou que é uma
252 previsão legal quando há uma proposta de renúncia fiscal sendo feita. O Sr. Fernando Marçal
253 Monteiro, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Benefícios, Serviços e
254 Turismo – CNC, ponderou que a discussão não seria fácil e, com relação ao posicionamento da
255 Receita compreende que não tem como abordar sobre a expansão do programa, sem expandir para
256 as empresas de Lucro Presumido e do Simples Nacional. O Sr. Mário Teixeira relatou que analisou
257 o trabalho apresentado pelo MF e que concorda com as palavras do representante da CUT. Com
258 relação ao comparativo da redação atual com a proposta de alteração no documento apresentado,
259 solicitou um esclarecimento por não abordar o Artigo 24 nos comentários, dando a entender que a
260 Receita apenas está discordando com relação às empresas de Lucro Arbitrado, permitindo as
261 empresas de pequeno porte e optante pelo simples Nacional. O Sr. Itamar Pedro da Silva relatou que
262 a questão não é de concordar ou não, sendo que a parte escura era do texto antigo que foi
263 modificado, abrindo o parágrafo, Incisos I e II. Explicou que o comentário aparece no corpo da
264 Nota, porque o objetivo do documento é abrir dois mecanismos para as empresas ingressarem. O Sr.
265 Reinaldo Felisberto Damacena ponderou que a confusão está sendo causada pelo fato de ter
266 alterações destacadas em vermelho e outras destacadas em preto, sendo que as alterações destacadas
267 em vermelho é o que difere do que está sendo proposto da legislação atual. O Sr. Mário Teixeira
268 exemplificou com o caso da nova Lei Portuária, que veio de uma Medida Provisória, onde ocorreu a
269 mesma situação. Compreendeu que talvez tenha que ir para uma posição política mais forte e que a
270 própria Receita não teria poderes para dizer tecnicamente se aceita ou não. O Sr. Reinaldo
271 Felisberto Damacena discorreu que realizaram um estudo longo e técnico com todos as hipóteses de
272 impactos possíveis e que o que foi apresentada pela Receita Federal já é de conhecimento de todos.
273 Ressaltou que apenas a Nota da Receita foi encaminhada oficialmente por *e-mail*. Então solicitou

274 que as demais Notas que estão nas pastas, sejam encaminhadas para que seja oficializado o
275 recebimento das mesmas. O Sr. Carlos Alberto de Oliveira Pereira compreendeu que a desoneração,
276 como foi colocada para as empresas, sem contrapartida, não tem esse problema, como não tem
277 problema quando também se faz anistia de pagamentos de atrasos a casa dos rádios. O ponto
278 principal é que se tem um caso em que Trabalhadores e Empregadores estão de acordo, já que vai
279 beneficiar todos os trabalhadores. O Sr. José Neto, Representante da Receita Federal esclareceu que
280 juridicamente ficaria inviável quanto à questão do Simples, no aspecto da faixa que não têm
281 imposto de renda, da receita tirar 1% da alíquota do Simples. A União pode conceder
282 isenção heterônima sobre ICMS e o ISS. Com relação ao Lucro Presumido, explicou que ele é *Ad*
283 *perci*, tendo uma simplificação da arrecadação que não é apenas para beneficiar empresas que tem
284 um menor grau. É uma escolha que a empresa faz, de não ter mais nenhum benefício fiscal, para
285 poder ter aquela faixa de imposto de renda fixa, não sendo, assim, uma questão burocrática. O Sr.
286 Nicolino Júnior expressou que lhe parece que a Receita se posicionou de uma maneira diferente, por
287 apontar uma preocupação ou uma sensibilidade maior do que o aspecto meramente burocrático que
288 estava sendo exposto. Relatou que pelo que foi apresentado pelo representante da Receita foi que
289 não dá para fazer se a alíquota for menor ou igual à zero, sendo que para a alíquota maior do que
290 zero pode ser feito. O Sr. José Neto explicou que não é uma má vontade da Receita, é uma questão
291 legal, e que a questão das faixas do Simples, pode ser argumentada em relação à isonomia, pois as
292 quatro primeiras faixas que têm zero são isentas de Imposto de Renda no Simples, ficando de fora
293 do programa. O Presidente da Comissão, Sr. Rinaldo Lima reforçou que de acordo com os
294 obstáculos que estão surgindo, seria irresponsável não alertá-los e deixar que aparecessem em um
295 momento posterior. O Sr. Regis Savietto Frati relatou que quando colocaram que é uma questão de
296 uma resposta burocrática, foi porque burocraticamente tem tratado essa questão há muito tempo do
297 ponto de vista político. Lembrou que houve um incentivo fiscal que começou com 10%, caiu para
298 5%, hoje é 4% e que isto não é analisado. O Sr. José Neto afirmou que deve subir para 5% já que
299 tem empresas do Simples fora. O Sr. Regis Savietto Frati explicou que houve a queda de 5% para
300 4% por causa da Política Geral do Governo de baixar incentivo fiscal, mas há outros seguimentos
301 que não caiu. Discorreu que devem encontrar mecanismo para que se possibilite atender o programa
302 de Governo da plataforma do candidato Lula à Presidência da República, de 11 anos atrás, no
303 sentido de ampliar o PAT, e que o Imposto de Renda zero pode ser aberto, a partir da vontade
304 política do Governo, uma possibilidade de iniciar uma discussão com os Governos Estaduais a

R

X

11
R

⊕

→

R

305 questão do abatimento do ICMS nas empresas do simples, pelo PAT. O Sr. Valeir Ertle ponderou
306 que em relação à questão levantada, tem que ter um acordo de todos os Secretários da Fazenda do
307 Brasil para poder fazer qualquer alteração que seja na ordem geral do Estado, que não é a questão
308 do programa, porque tem que ser centrado no incentivo fiscal. Compreendeu que devem marcar
309 uma reunião com o Secretário da Receita Federal para poder sensibilizar e para poder fazer um
310 estudo apropriado dentro da Receita para depois debater com todas as esferas de Governo para
311 encontrar alguma alternativa. Explanou que infelizmente no Brasil quem paga os impostos são os
312 trabalhadores e que o impacto que tem é ainda com a defasagem da tabela de Imposto de Renda de
313 60%. Informou que houve uma ação inicial da OAB que entrou no STF solicitando a correção da
314 tabela de Imposto de Renda, já que o Governo não corrige. O Sr. Rinaldo Lima sugeriu avançar e
315 iniciou com alguns pontos que foram levantados na Nota Técnica do MTE. Relatou que a própria
316 justificativa da proposta de tornar mais simples a participação das empresas no programa,
317 lembrando que já houve um processo de simplificação, o Ministério do Trabalho compreendeu que
318 não pode excluir alguns controles que existem para a correta execução do programa. Com relação à
319 questão do objetivo do programa e à questão da vinculação do PAT ser um instrumento de
320 promoção da saúde do trabalhador, ponderou que o retorno que o programa traz é a melhoria das
321 condições nutricionais, a promoção da saúde do trabalhador e a redução de absenteísmo. Com
322 relação à questão da livre negociação do valor do benefício no caso das modalidades convênio,
323 tanto alimentação quanto refeição, compreendeu que deve ser feita dentro dos parâmetros
324 nutricionais suficientes para que o trabalhador possa ter uma alimentação adequada. Com relação à
325 questão da fixação da participação do trabalhador no custo direto da alimentação, compreenderam
326 que a proposta não resolveu um problema que existe, se o cálculo deve ser realizado com base no
327 valor global do empregador ou na participação individual de cada trabalhador. Discorre que a
328 proposta define uma situação diferenciada para os trabalhadores da faixa prioritária e para os
329 trabalhadores fora da faixa prioritária, precisando ficar mais claro e mais bem resolvido. Com
330 relação às medidas que devem ser aplicadas quando o beneficiário do programa descumpre alguma
331 regra, o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima relatou que o instrumento usado na regulamentação é o
332 cancelamento da inscrição do empregador do programa e compreendeu que é consenso de todos que
333 tal procedimento precisa ser revisto, devendo as falhas terem medidas proporcionais a sua
334 gravidade. Outro ponto na Nota Técnica que se refere à questão do registro das empresas que
335 operam o PAT, os fornecedores de alimentação e os prestadores de serviço de alimentação coletiva,

336 o MTE compreendeu que é necessário que seja mantido o registro para controle. A questão de
337 educação alimentar e nutricional que na proposta seria atribuído apenas ao Governo, explanou que
338 deve ser responsabilidade de todos para que seja efetivada. Com relação à migração da gestão do
339 programa, que está na Secretaria de Inspeção do Trabalho para a Secretaria de Relações de
340 Trabalho, comentou que não pode ser realizado por Portaria, pois o Regimento Interno do
341 Ministério é aprovado por Decreto onde estão especificadas as atribuições de cada unidade do
342 Ministério. Comentou também que a migração da gestão do programa para outra Secretaria, não
343 elimina a atribuição da Inspeção do Trabalho de fazer a fiscalização e o controle da execução do
344 programa. Ressaltou que o DSST, coordena hoje 25 Comissões, grupos, Conselhos tripartites, sendo
345 que é de sua natureza o diálogo tripartite; e que não foi consultada a Secretaria de Relações do
346 Trabalho se estava disposta a receber esse trabalho. O Sr. Oton Abreu Garcia (Auditor Fiscal do
347 Trabalho/SRTE-BA) relatou que a partir do posicionamento das duas Bancadas (trabalhadores e
348 empregadores) a respeito do programa, e levando em consideração algumas discordâncias, entende
349 pela possibilidade de ser alcançado um ponto de equilíbrio. Em sua opinião, encontrar um ponto de
350 equilíbrio de modo que a norma entre no ordenamento jurídico com um grau de legitimidade muito
351 maior, já que os destinatários da norma são coautores do texto. Quanto ao formato, lhe chamou
352 atenção algumas questões, porque devido à situação estrutural do ordenamento jurídico, o modo
353 com que a norma vai se adentrar ao ordenamento, influi muito sobre a sua possibilidade em termos
354 de conteúdo. Percebeu a existência de alguns dispositivos muito genéricos para a Portaria, que não
355 identificam de fato qual será a medida efetivadora. O Sr. Oton Abreu Garcia relatou que na
356 fiscalização teve várias experiências de observar como as normas do PAT têm uma série de
357 interpretações e utilizações nos casos concretos, podendo gerar a impressão de que há um elevado
358 grau de descumprimento. Relatou que, devido os controles existentes não serem suficientes para
359 garantir uma execução adequada, é gerada uma situação de insegurança para o empregador e o
360 empregado. Compreendeu que na proposta apresentada pelas bancadas dos trabalhadores e
361 empregadores ocorreu um afrouxamento das normas, buscando dar uma agilidade e simplicidade ao
362 programa, e que sentiu falta de uma vinculação maior à saúde que é a contrapartida social que
363 justifica o incentivo. Outra questão que lhe chamou atenção no estudo do DIEESE foi que ele
364 comete o erro conceitual em todo o trabalho com relação ao incentivo fiscal, considerando-o apenas
365 na dedução fiscal. Estima-se que o incentivo varia de R\$ 16 a R\$ 21 bilhões. Discorreu que se
366 houvesse realmente um programa que tivesse a preocupação central contra a mortalidade


367 relacionada a uma má alimentação e nutrição, que é uma doença crônica não permissiva, e que se o
368 trabalhador aprendesse esses conceitos, levando-os para a sua família, o impacto social seria muito
369 positivo, sendo que, talvez, R\$ 50 bilhões fosse muito pouco, já que o Estado iria economizar com a
370 redução de afastamentos precoces, mortes prematuras, etc. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior
371 relatou que ficou em dúvida em relação aos valores citados e o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima
372 explicou que além da dedução do Imposto de Renda, os 4%, todo custo direto da alimentação é
373 isento de encargos previdenciários e trabalhistas. Ou seja, quando está oferecendo alimentação para
374 o trabalhador fora do PAT, aquele valor é considerado salário, incidindo encargos trabalhistas que
375 estão previsto na Legislação Trabalhista e também encargos previdenciários. O Sr. Nicolino Júnior
376 ponderou que o assunto é um assunto pacífico e nunca foi colocado como ponto de discussão. Diz
377 que a retomada de alguns princípios que já tiveram e foram abandonados, como foram os 5% e que
378 caiu para 4%, é necessária para a expansão do programa e que o assunto levantado, se não for
379 corrigido, alimentará a insegurança jurídica para o empregador. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima
380 explicou que o programa tem muita importância para o Governo, tanto que ao contrário do que é
381 colocado no estudo do DIEESE, ele não custa para o Governo em torno de R\$ um bilhão, mas sim,
382 no mínimo, R\$ 16 bilhões por ano. O Sr. Nicolino Eugênio da Silva Júnior compreendeu que se
383 reveste de uma visão parcial do alcance do próprio programa, porque há os empregadores que
384 concedem o benefício, sendo que o fato de não ter incidência de encargos é mais do que
385 consequência natural de algo que é um benefício. Reconheceu que existe uma necessidade de
386 interferir melhor nas negociações coletivas para fazer com que as cláusulas encaminhem o
387 empregador para o PAT. O Sr. Rinaldo Lima explicou que no momento que a Lei criou o PAT, em
388 1976, foi concedido o benefício fiscal para as empresas que tivessem os seus programas de
389 alimentação do trabalhador, devendo ser aprovado pelo MTE. Mas que devido ao volume que o
390 programa tomou, o Ministério do Trabalho não faz mais essa aprovação individual. Quando o
391 empregador adere voluntariamente a um conjunto de regras do funcionamento do programa, se
392 beneficia com o incentivo fiscal e com a isenção. Explanou que se for defender que a inscrição e o
393 cumprimento do conjunto das regras do programa são desnecessários, o PAT acaba. Ressaltou que
394 não estão defendendo retirar a isenção de encargos, mas apenas registrando que existe uma grande
395 parcela que não é discutida de contribuição do Estado Brasileiro com o programa. Com relação à
396 migração do programa para a Secretaria de Relações do Trabalho, o Sr. Regis Savietto Frati
397 esclareceu que a sugestão foi realizada porque pareceu ser a mais próxima para conduzir um

398 programa de alcance social que o PAT possui, e que é o mecanismo que o Governo está
399 encontrando para enfrentar o Estado que tem um custo para o Brasil monumental, sendo que a
400 renúncia do Governo de fato é de R\$ um bilhão e não de R\$ 16 bilhões. Relatou que esteve na
401 Venezuela para discutir sobre o PAT e levar a experiência brasileira, onde houve um grande debate
402 sobre o salário do trabalhador venezuelano que naquele momento era em torno de 20% do que
403 recebia de *ticket* refeição e alimentação. Expôs que funcionava na Venezuela o papel impresso pelas
404 operadoras e não o papel impresso pela Casa da Moeda e que foi feito um profundo debate no
405 Congresso da Venezuela em que resultou em adequações, ficando muito semelhantes, pelo menos
406 na época, ao que é o nosso programa. O Sr. Fernando Marçal Monteiro compreendeu que estão
407 debatendo sobre o viés fiscalizatório e que a Secretaria de Relações do Trabalho tem condição de
408 desenvolver e fazer o trabalho de fiscalização e de esclarecimento. Sugeriu como material para
409 estudo um compêndio de toda a fiscalização do PAT. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima informou
410 que em 2013 a Inspeção do Trabalho fez a fiscalização em torno de 350 mil ações de fiscalizações
411 do trabalho, e que apenas 84 dessas fiscalizações era do PAT. Compreendeu que não existe o viés
412 fiscalizatório do PAT dentro da Secretaria e que a intenção é preservar o programa e combater as
413 situações em que o mesmo é utilizado indevidamente para prejudicar o trabalhador ou para cometer
414 fraudes. O Sr. Valeir Ertle discorreu que existem questões que devem ser discutidas e que
415 compreende que devem fazer um trabalho em conjunto entre a Secretaria de Relações do Trabalho e
416 a Secretaria de Inspeção do Trabalho para encontrar um consenso e que não devem se apegar na
417 situação de mudança da Secretaria, mas sim em todas as questões que foram colocadas para
418 reformulação. O Sr. Rinaldo Lima seguiu os encaminhamentos, explanando que precisam
419 estabelecer em que momento vão transformar essa discussão, em uma discussão tripartite. Discorreu
420 que ainda existem pontos que o Governo precisa trabalhar, como os parâmetros nutricionais para o
421 programa. Sugeriu fazer um intervalo de 10 minutos para que as bancadas discutissem suas
422 posições. Após os participantes aceitarem a proposta, o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima agradeceu
423 a todos os técnicos e todas as pessoas que trabalharam do Ministério do Trabalho, da Saúde, do
424 Desenvolvimento Social, Planejamento, Previdência e Ministério da Fazenda, pelo esforço para
425 poder alimentar esse debate. Informou que a proposta é ter duas agendas para a reunião do Grupo de
426 Trabalho, uma de 31 de março a 04 de abril, a outra de 05 a 09 de maio. O Sr. Carlos Alberto de
427 Oliveira Pereira ressaltou que a CGTB, a princípio, entende que seria melhor discutir em cima de
428 uma proposta pronta. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima explicou que, durante o processo de

429 discussão dentro do grupo de Governo, os Coordenadores da Bancada dos trabalhadores e dos
430 empregadores pleitearam a participação de suas representações, mas que foi esclarecido pelo
431 Governo que não era o momento, já que o Governo precisaria primeiro ter um posicionamento para
432 que depois fosse colocado em uma discussão tripartite. Compreende que, inicialmente, é importante
433 o debate apenas do Governo para a discussão. E após o intervalo de 10 minutos, o Sr. Regis
434 Savietto Frati considera que o Governo poderia trabalhar em cima do documento que foi produzido
435 para voltar a discutir na Comissão, solicitando a participação das demais Bancadas sempre que for
436 necessária. O Sr. Rinaldo Lima concordou e relatou que o Governo continuará trabalhando e que, na
437 medida em que for necessário, convidará as demais Bancadas para se manifestarem. O Sr. Nicolino
438 Eugênio da Silva Júnior compreendeu que a apresentação de um documento unificado do Governo,
439 favorecerá a compreensão e discussão dos pontos e que a reunião do dia 04 de junho será um marco
440 importante caso ocorra tal apresentação. O Sr. Fernando Marçal Monteiro solicitou um prazo para
441 as Bancadas estudarem o que foi colocado nessa reunião e o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima
442 sugeriu que cada Bancada encaminhe as suas considerações por *e-mail* o mais rápido possível antes
443 do dia 31 de março. O Sr. Carlos Alberto de Oliveira Pereira considerou a reunião muito
444 esclarecedora e produtiva. O Sr. Rinaldo Lima também considerou a reunião produtiva e
445 importante. E relatou que existem outros pontos de pauta, mas que a indicação de representante de
446 cada Bancada estava prejudicada, já que foi escolhida outra metodologia. Informou que a
447 publicação da Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, nº 282 de 26 de fevereiro de 2014, no
448 Diário Oficial da União do dia seguinte, que designa a composição da Comissão; e que a solução de
449 consulta, nº 2001 de 07 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial de 08 de janeiro, que
450 resolve a questão da limitação do valor diário do benefício por trabalhador estão na pasta. A Sra.
451 Maria Flor de Lys Sousa Lopes sugeriu verificar a possibilidade de alguma instituição
452 disponibilizar uma sala mais adequada para a realização da reunião do dia 04 de junho. O Sr. Regis
453 Savietto Frati solicitou a Coordenação uma informação sobre a regulamentação do Banco Central
454 em cima das operadoras. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima esclareceu que irá pesquisar e trazer a
455 informação para todos. O Sr. Nicolino Júnior sugeriu que não ficasse com o compromisso da data
456 de 31 de março para o encaminhamento das contribuições das Bancadas. A Sra. Luisete Moraes
457 Bandeira afirmou que não tem a expectativa de possibilidade de apresentação de uma proposta final
458 no dia 04 de junho. O Sr. Valeir Ertle agradeceu a palavra de todos e compreendeu pela
459 possibilidade de adiar a reunião do dia 04 de junho em função da finalização da proposta do


460 Governo. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima ponderou que à medida que for avançado os trabalhos
461 do grupo de Governo, será elaborado um cronograma para que seja informado e acertado com as
462 outras duas Bancadas. O Sr. Valeir Ertle sugeriu a realização de uma reunião técnica para discutir
463 algumas outras questões pontuais. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima esclareceu que tem alguns
464 pontos no documento, como os parâmetros nutricionais, que no primeiro momento, talvez,
465 permaneçam os que já estão estabelecidos, para que haja tempo de uma discussão mais ampla de
466 revisão. **ENCERRAMENTO:** O Presidente da Comissão Tripartite do Programa de Alimentação
467 do Trabalhador, Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima agradeceu a presença de todos, destacou o clima
468 de harmonia e de busca de consenso. E encerra a 49ª Reunião do dia doze de março de dois mil e
469 quatorze.

470
471
472
473




474 Rinaldo Marinho Costa Lima
475 Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST

476
477
478




479 Maria Flor de Lys Sousa Lopes
480 Coordenadora do Programa de Alimentação do Trabalhador - COPAT

481
482
483



484 Sara Conceição Arruda
485 Ministério da Previdência Social - MP

486
487



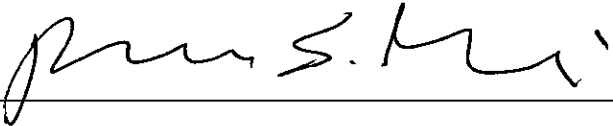
488 Sálvio Romero Pereira Botelho
489 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG

490




491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522

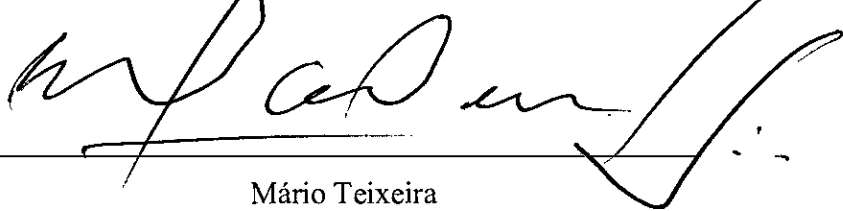
Valeir Ertle
Central Única dos Trabalhadores - CUT



Regis Savietto Frati
Força Sindical - FS



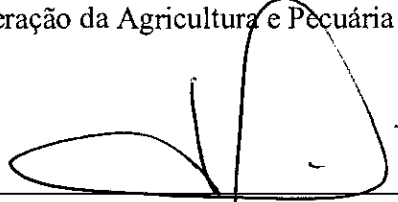
Carlos Alberto de Oliveira Pereira
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB



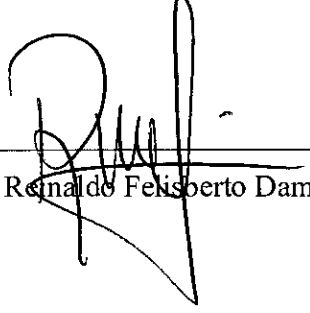
Mário Teixeira
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB



Frederico Toledo Melo
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA



Nicolino Eugênio da Silva Júnior
Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF



Reinaldo Felisberto Damacena

523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551

Confederação Nacional das Indústrias - CNI

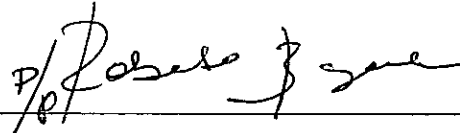


Fernando Marçal Monteiro

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC

Jovenilson Alves de Souza

Confederação Nacional dos Transportes - CNT



Nelson de Abreu Pinto

Confederação Nacional do Turismo - CNTur

Itamar Pedro da Silva

Ministério da Fazenda - MF

Luisete Moraes Bandeira

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Brasília,
Março de 2014.

